

A AMÉRICA DO SUL NO GOVERNO BOLSONARO (2019-2022)

SUDAMÉRICA EN EL GOBIERNO DE BOLSONARO (2019-2022)

SOUTH AMERICA IN THE BOLSONARO'S GOVERNMENT (2019-2022)



Paulo Gustavo Pellegrino CORREA¹
e-mail: paulogustavo1978@gmail.com



Ivan Henrique de Mattos e SILVA²
e-mail: ivanhmsilva@gmail.com

Como referenciar este artigo:

CORREA, P. G. P.; SILVA, I. H. M. A América do Sul no governo Bolsonaro (2019-2022). **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, São Carlos, v. 32, n. esp. 3, e023027, 2023. e-ISSN: 2236-0107. DOI: <https://doi.org/10.14244/tp.v32iesp.3.1042>



| **Submetido em:** 03/05/2023
| **Revisões requeridas em:** 03/07/2023
| **Aprovado em:** 11/09/2023
| **Publicado em:** 20/12/2023

Editores: Profa. Dra. Simone Diniz
Prof. Dr. Eduardo de Lima Caldas
Profa. Dra. Mércia Kaline Freitas Alves
Dr. Vinícius Silva Alves

Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá – AP – Brasil. Professor do curso de Relações Internacionais e do Programa de Pós-graduação em Estudos de Fronteira (PPGEF).

² Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá – AP – Brasil. Professor do curso de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Estudos de Fronteira (PPGEF).

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo principal a discussão sobre as mudanças de diretrizes da Política Externa Brasileira (PEB) durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) para a América do Sul. O subcontinente foi durante duas décadas plataforma de ação internacional da PEB após o fim da Guerra Fria e a redemocratização do Brasil. Estratégias distintas tiveram o entorno geográfico como base diplomática fundamental e ações bi e multilaterais fortaleceram a América do Sul como entidade geopolítica com forte protagonismo brasileiro. Entretanto, o governo Bolsonaro se elegeu a partir de um discurso que buscava mudanças substantivas na tradicional diplomacia nacional, deslocando as relações existentes no subcontinente. Nossa discussão será focada na política externa de Bolsonaro para América do Sul e de como os preceitos que alicerçam o bolsonarismo refletiram no deslocamento diplomático para a região. Faremos uma breve recapitulação da PEB para a América do Sul desde os anos 1990. Em seguida, apresentaremos os conceitos e base ideológicas do bolsonarismo, assim como sua conexão internacional. Finalmente, discutiremos as ações diplomáticas do período bolsonarista para o entorno geográfico e suas consequências para os existentes projetos regionais existentes.

PALAVRAS-CHAVE: América do Sul. Bolsonaro. Política externa.

RESUMEN: *El objetivo principal de este artículo es discutir los cambios en las directrices de la Política Exterior brasileña durante el gobierno de Jair Bolsonaro (2019-2022) para América del Sur. El subcontinente fue una plataforma importante para la Política Exterior brasileña durante dos décadas después del final de la Guerra Fría y la redemocratización de Brasil. Diferentes estrategias tuvieron los alrededores geográfica como base diplomática fundamental y acciones bilaterales y multilaterales fortalecieron a América del Sur como una entidad geopolítica con un fuerte papel brasileño. Sin embargo, el gobierno de Bolsonaro fue elegido con base en un discurso que buscaba cambios sustantivos en la diplomacia nacional tradicional, modificando las relaciones existentes en el subcontinente. Nuestra discusión se centrará en la política exterior de Bolsonaro para América del Sur y cómo los preceptos que sustentan el bolsonarismo se reflejaron en el despliegue diplomático en la región. Haremos una breve recapitulación de la Política Exterior de Brasil para América del Sur desde la década de 1990. Luego, presentaremos los conceptos y bases ideológicas del bolsonarismo, así como su conexión internacional. Finalmente, discutiremos las acciones diplomáticas del período bolsonarista para el entorno geográfico y sus consecuencias para los proyectos regionales existentes.*

PALABRAS CLAVE: *América del Sur. Bolsonaro. Política exterior.*

ABSTRACT: *The main objective of this article is to discuss the changes in the guidelines of the Brazilian Foreign Policy during the government of Jair Bolsonaro (2019-2022) for South America. The subcontinent was an important platform for the Brazilian Foreign Policy for two decades after the end of the Cold War and the redemocratization of Brazil. Different strategies had its geographic surroundings as a fundamental diplomatic basis and bi- and multilateral actions strengthened South America as a geopolitical entity with a strong Brazilian role. However, the Bolsonaro's government was elected based on a discourse that sought substantive changes in traditional national diplomacy, shifting existing relations in the subcontinent. Our discussion will focus on Bolsonaro's foreign policy for South America and how the precepts that underpin Bolsonarism reflected in the diplomatic deployment to the region. We will make a brief recapitulation of the Brazilian Foreign Policy for South America since the 1990s. Then, we will present the concepts and ideological bases of Bolsonarism, as well as its international connection. Finally, we will discuss the diplomatic actions of the Bolsonarist period for the geographic surroundings and their consequences for existing regional projects.*

KEYWORDS: *South America. Bolsonaro. Foreign policy.*

Introdução

A América do Sul na Política Externa Brasileira (PEB) se tornou uma prioridade desde o início dos anos 2000. A I Reunião de Presidentes da América do Sul em Brasília foi um marco nesse processo. O final do segundo mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e o governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) marcaram o subcontinente como foco estratégico para a projeção internacional do Brasil.

Entretanto, o Governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) significou uma mudança substantiva do ponto de vista da política doméstica e internacional. Sua eleição representou a ascensão de novos grupos sociais organizados político-ideologicamente denominado como “nova direita”. Uma cosmovisão que buscou desconstruir políticas estabelecidas nas últimas duas décadas desde a redemocratização brasileira. Na esteira dessas desconstruções, mudanças substantivas na tradicional diplomacia nacional foram operacionalizadas deslocando a América do Sul como plataforma estratégica da PEB.

A dissonância diplomática do Governo Bolsonaro com uma política externa estabelecida anteriormente por duas décadas no subcontinente é o foco de nossa análise. Faremos uma breve recapitulação da PEB para a América do Sul desde os anos 1990. Em seguida, apresentaremos os conceitos e base ideológicas do bolsonarismo e da nova direita para uma melhor compreensão da estrutura conceitual que origina as mudanças na PEB. Finalmente,

apontaremos algumas ações diplomáticas do período bolsonarista para o entorno geográfico e suas consequências para os existentes projetos regionais existentes.

A América do Sul na política externa brasileira (FHC, Lula, Dilma, Temer)

O Brasil é o maior país do subcontinente sul-americano. Sua população, economia, força militar, ciência e tecnologia do ponto de vista comparativo o coloca em posição de destaque na América do Sul. Uma reconhecida diplomacia que tem origem no Barão de Rio Branco fortaleceu seu papel nas relações internacionais regionais.

Desde sua redemocratização e o fim da Guerra Fria nos anos 1990s, o governo brasileiro buscou desempenhar seu protagonismo através da sua capacidade de financiamento via bancos nacionais, através da execução de projetos via empresas brasileiras e por meio da sua atuação diplomática bi e multilateral. A influência do Brasil como ator estatal e de atores brasileiros privados é diversa diante dos países do seu entorno geográfico.

No período dos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) a América do Sul passou a ser plataforma de ação internacional. A I Reunião de Presidentes da América do Sul em Brasília no ano 2000, promovida pela chancelaria brasileira ainda no governo de Cardoso, representou o início de uma nova relação do país com o subcontinente e estabeleceu um marco nas relações regionais sul-americanas por lançar projetos importantes como a IIRSA.

As estratégias da política externa do Brasil nos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Lula da Silva (Lula) apresentaram diferenças e continuidades. FHC, dando seguimento aos seus antecessores Fernando Collor de Mello e Itamar Franco, buscou dialogar com o mundo, com as organizações internacionais (ONU, OMC), com as iniciativas regionais (Mercosul) e hemisféricas (ALCA) em uma estratégia denominada “autonomia pela integração” (VIGEVANI; OLIVEIRA, 2004, p. 34).

Lula, por sua vez, teve como estratégia a “autonomia pela diversificação”, que consistia em contribuir para um maior equilíbrio internacional buscando atenuar o unilateralismo do mundo pós 11 de setembro; fortalecer relações bilaterais e multilaterais de forma a aumentar o peso do país nas negociações políticas e econômicas internacionais; adensar relações diplomáticas no sentido de aproveitar as possibilidades de maior intercâmbio econômico, financeiro, tecnológico e cultural; e evitar acordos que possam comprometer em longo prazo o desenvolvimento.

Com relação às diferenças e semelhanças entre os dois governos, Vigevani e Cepaluni (2007) destacam que o período de Lula não se afastou do princípio historicamente assentado para a diplomacia brasileira de que a política externa é um instrumento ao desenvolvimento econômico, que busca a manutenção e ampliação da autonomia do Brasil no cenário internacional. Salientamos que houve mudanças de ideias e estratégias para lidar com os problemas e objetivos do país colocados por sua posição, história e destino, mas tais mudanças não são essencialmente distintas entre os dois governos (p. 322).

Para FHC, a integração regional foi central na agenda brasileira como já era desde meados da década de 1980. Com ele, o processo de integração regional era visto como um instrumento com o qual o Brasil poderia disputar um espaço maior no mundo. Para Lula, o Mercosul continuou sendo um projeto importante a ser ampliado com a Comunidade Sul-americana de Nações (Casa), transformada posteriormente na União de Nações Sul-Americanas (Unasul). Os projetos que compõem a IIRSA ganham força no período de Lula através de bancos, empresas e ação diplomática brasileira, colocando a integração da América do Sul como assunto prioritário na agenda do Brasil.

Essa agenda brasileira que visou fortalecer a regionalização da América do Sul contou com alguns elementos que favoreceram a aproximação dos países. Como por exemplo, após uma década de governos neoliberais, os países foram tomados por uma onda de governos de esquerda na região – o que parece demonstrar atitude de ceticismo quanto à globalização liberal que reproduziu as desigualdades existentes entre Norte e Sul.

Além disso, a convergência de pensamentos entre os dirigentes da região sobre a formulação do projeto integracionista, não o limitando a “questões econômicas e comerciais, ampliando seu escopo para aspectos políticos, sociais e de segurança; uma maior consolidação da ideia de América do Sul na política externa dos países do subcontinente que apresenta uma maior unidade política, econômica e de segurança que a ideia de América Latina” são fatores importantes no fortalecimento da regionalização da América do Sul (CERVO, 2008, p. 163).

Esse conjunto de iniciativas regionais teve uma intensa participação do Brasil e é justamente essa intensidade que marcaria a distinção do período Lula para com seu antecessor. A atuação direta do presidente e de seus burocratas de primeiro escalão nesse processo foi veemente. Lula utilizou-se do recurso da diplomacia presidencial com maior frequência que seu antecessor, ou seja, participou pessoalmente das relações internacionais, seja por meio de pronunciamentos, seja através da participação em foros internacionais, seja atuando

diretamente em negociações e se transformando no principal condutor da política externa. O destino principal das viagens de Lula foi a América do Sul.

A atuação dos altos burocratas na América do Sul no processo de regionalização também se destacou principalmente com o chanceler Celso Amorim - ministro das Relações Exteriores em todo o período do governo Lula e ministro da Defesa de Dilma Rousseff - com o ministro da Defesa Nelson Jobim (2007-2011) e com o assessor especial da Presidência da República para assuntos internacionais Marco Aurélio Gracia. Jobim, em 2008, visitou todos os países da região com dois objetivos: a construção de uma identidade regional de defesa e a criação de uma indústria bélica sul-americana.

Essa dinâmica da política externa brasileira buscou promover a consolidação do subcontinente como uma entidade política transnacional dotada de unidade mínima e arcabouço institucional baseado em princípios e macro-objetivos comuns nas relações internacionais. Sobre essa entidade, Wanderley Messias da Costa afirma que

Considerando as características básicas da sua formação inicial e do seu desenvolvimento atual, esse modelo de arranjo regional constitui o único projeto, nessa escala, que procura reproduzir em seus aspectos gerais a experiência europeia, na qual a ambição maior dos seus Estados-membros sempre foi a de conjugar o máximo de integração econômica a uma macro-concertação político-institucional de natureza transnacional. Nesse sentido, ele distancia-se bastante do modelo convencional que tem sido adotado pela maioria dos demais Blocos Regionais, nos quais os limites da concertação entre os seus Estados-membros estão previamente definidos e os objetivos encontram-se explicitamente circunscritos aos assuntos econômico-comerciais. É por isso que, guardadas as respectivas e óbvias particularidades dessas duas experiências atuais, a integração sul-americana tende a reproduzir aqui o percurso seguido até o presente pela União Europeia, no qual o horizonte estratégico mais dilatado que os seus construtores têm em mente, é a constituição e a consolidação de um vasto e engenhoso sistema regional transnacional de governança (COSTA, 2009)

Entretanto, a construção da América do sul como um projeto estratégico brasileiro na primeira década do século XXI deparou-se com fragmentações no subcontinente que comprometem o desenvolvimento do projeto. Para Amado Cervo:

Se existe uma América do Sul política, feita em sua grande maioria de governos de esquerda que criaram ambiente favorável ao reforço do polo de poder, existem duas Américas do Sul econômicas, uma liberal e primária, que busca o acordo de livre-comércio com os Estados Unidos, outra industrial e desenvolvimentista, que se volta ao aprofundamento da integração entre os vizinhos (CERVO, 2008, p. 203).

O papel de uma liderança, ou lideranças, na consolidação de uma região coesa e não fragmentada é fundamental no processo de regionalização. Se dados atribuem naturalmente ao Brasil um desempenho relevante nesse processo, para Jaime Preciado, o papel do Brasil nesse contexto é o de uma semiperiferia com aspirações de potência global. E seu papel de semiperiferia ativa

não somente se consolidou, mas incrementou, além disso, aspirações na procura de seu posicionamento como potência global. A dimensão e a posição geográfica do Brasil o consolidaram como um Estado de grande relevância estratégica, por ter fronteira com todos os países da América do Sul, assim como a maior extensão territorial e população da América Latina, além de um gigantesco litoral no Atlântico, com zonas preferenciais, chaves no comércio e na exploração de recursos off-shore (PRECIADO, 2008, p. 262)

Contudo, o papel do Brasil como semiperiferia ativa não lhe atribui necessariamente uma posição de líder na região, questão pouco clara na história da política externa brasileira. No período FHC, acreditava-se que a liderança não se proclamava, ela deveria ser exercida. Nesse sentido, o tema não recebia muito destaque em sua gestão. No período Lula, por sua vez, colocou-se não ostensivamente essa questão no debate político brasileiro. O desejo de obter um papel de destaque na região e entre os países em desenvolvimento foi introduzido e tem se constatado uma maior cobrança por parte dos países sul-americanos em relação ao Brasil (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

A cobrança dos países da região não é necessariamente voltada apenas a um líder, mas à função do Brasil como *paymaster* - o papel do país, ou países, que absorve os custos da integração e promove a construção de bens públicos coletivos necessários para o sucesso de um processo de integração. Esse papel tem sido exercido pela França e Alemanha na construção, consolidação e manutenção da União Europeia e na América do Sul o Brasil seria o país capaz de se constituir como *paymaster*.

No artigo *Bounded by the reality of trade: practical limits to a South American region* (2005), Sean Burges defende a tese de que o regionalismo na América do Sul surge como um projeto sem um líder disposto a exercer o papel de *paymaster*. No entanto ele serve ao interesse do país que poderia exercê-lo: o Brasil. Quando o autor busca responder à indagação sobre o que exatamente está guiando o impulso regional na América do Sul, sua resposta - que considerou a expansão do comércio na região, a natureza dos investimentos e o progresso da integração de infraestrutura - é de que existe uma ênfase no setor de energia, nas atividades da Petrobras apontando para uma estratégia de garantir os suprimentos necessários de petróleo e gás para abastecer a economia do Brasil. Mesmo com o crescimento do comércio de

manufaturas em toda a região, é a demanda de energia juntamente com as ambições de liderança brasileira os condutores do regionalismo e não o crescimento econômico cooperativo. Para Burges:

uma região não se integrará totalmente se não oferecer retornos de magnitude suficiente para incitar a pressão política para o aprofundamento por parte dos atores econômicos e da sociedade civil. Com esses guias teóricos em mente, o ponto relevante passa a ser o que não está acontecendo na América do Sul para reforçar o regionalismo. As cadeias produtivas integradas não estão se formando. O investimento permanece no modo de busca de recursos e de mercado. O transporte intracontinental e os vínculos de facilitação do comércio estão se modernizando muito lentamente (BURGES, 2005, p.450, tradução nossa).

Finalmente, o autor conclui que:

o potencial econômico de uma região da América do Sul não tem a atração necessária para obter apoio para uma busca entusiasmada do projeto. De fato, a natureza unilateral dos benefícios decorrentes dos elementos da visão regional promulgada até o momento está colocando em questão o futuro político do Projeto, à medida que os outros Estados sul-americanos se tornam cada vez mais insatisfeitos com um empreendimento liderado em grande parte pelo Brasil, que oferece poucos benefícios imediatos e pode anunciar um futuro de dependência de uma hegemonia regional emergente do Brasil (BURGES, 2005, p. 450).

O Governo de Dilma Rousseff (2011-2016) foi marcado por fortes turbulências internacionais e principalmente domésticas. Uma crise institucional e um processo de impeachment finalizaram o período. A diminuição dos preços das commodities minerais e agrícolas, fortes produtos brasileiros, e um manejo das contas públicas bastante questionado internamente drenaram grande parte da força do Governo de Rousseff, refletindo diretamente em sua Política externa de forma geral.

A estratégia da PEB nesse período foi substantivamente a mesma do governo anterior, de Lula da Silva. Entretanto, além das crises já mencionadas, podemos atribuir o perfil da presidenta, menos afeito ao campo internacional do que seu sucessor, parte do declínio da ação brasileira internacional.

Sobre esse declínio, Cervo e Lessa (2014, p. 149) apontam que “após uma fase de ascensão do país como potência emergente, a inserção internacional do Brasil entra em declínio entre 2011 e 2014”. Para nosso entorno geográfico não foi diferente. Iniciativas e protagonismo regional são contraídas e as expectativas criadas na região sobre o papel do Brasil como

elemento incentivador da integração regional e da solução de crises vêm sendo frustradas (SARAIVA, 2016).

Seu sucessor Michel Temer tampouco mudou o cenário de declínio da ação do Brasil na região. Ao contrário, consumido pela crise interna de um processo de impeachment questionado interna e externamente, Temer buscou se distanciar de qualquer projeto do Partido dos Trabalhadores, inclusive na ação na América do Sul.

A nomeação de José Serra para o Ministério das Relações Exteriores é simbólica dessa busca de distanciamento. A desconstrução da era Lula na PEB, vista como partidarizada e ideologizada, foi um projeto do MRE no governo Temer.

A suposta “desideologização” da PEB foi desenhada nas dez diretrizes que Serra anunciou em seu discurso de posse. O então ministro acreditava que

A diplomacia voltará a refletir de modo transparente e intransigente os legítimos valores da sociedade brasileira e os interesses de sua economia, a serviço do Brasil como um todo e não mais das conveniências e preferências ideológicas de um partido político e de seus aliados no exterior³.

Mais importante do que a ação do MRE no período Temer para a América do Sul, até mesmo por ter sido pouco significativa, devemos destacar os contornos políticos que assume o executivo brasileiro. A construção da PEB feita pelo período de Lula passou a ter sua negação como projeto, principalmente do sucessor de Temer, Jair Messias Bolsonaro.

Bolsonaro e bolsonarismo

A eleição de Jair Bolsonaro para a Presidência da República, em 2018, precisa ser compreendida sob uma dupla perspectiva: por um lado, como o ponto alto da crise do pacto social construído durante o processo de redemocratização no Brasil (SILVA, 2021a) - cujo corolário foi, segundo Sallum (2004), a estruturação da Nova República, a partir de 1994; e, por outro, como o desaguadouro institucional da ascensão política, ideológica e organizativa de novos grupos sociais no Brasil: as novas direitas (SILVA, 2021b).

Duas breves definições conceituais se fazem necessárias aqui: em primeiro lugar, a despeito da polissemia dos conceitos de direita e esquerda - bem como das reiteradas tentativas (epistemológicas e políticas) de obsoletizar tal dicotomia, em defesa da existência de um mundo pós-ideológico (afirmação que teve muita força ao longo dos anos 1990, na esteira do *new*

³ Mais em: <http://www.funag.gov.br/ipri/images/repertorio/diretrizes-governo-Temer-Ministro-Serra.pdf>

labour inglês e da influência teórica da obra de Giddens) -, assume-se, aqui, a definição fornecida por Bobbio (2011), segundo a qual o que separa direita e esquerda é a maior ou menor aceitação da desigualdade como a ordem natural do mundo; ou seja, quanto mais à direita, mais as desigualdades (em suas várias dimensões) seriam aceitas como naturais, e, quanto mais à esquerda, mais elas seriam aceitas como social e politicamente construídas.

A segunda definição diz respeito ao aspecto de novidade apresentado pelas chamadas novas direitas - representadas pelos novos movimentos sociais, partidos e lideranças políticas surgidos, no Brasil, na esteira da crise da Nova República, sobretudo a partir da janela de oportunidades representada pelas jornadas de junho de 2013. Para além do elemento conjuntural, a conjunção de cinco características distintivas permite que essa miríade de expressões políticas (monarquistas, anarcocapitalistas, ultraliberais, militaristas, fundamentalistas cristãos, masculinistas etc.) esteja, por um lado, aglutinada sob um signo único, e, por outro, constitua um fenômeno novo no tecido social brasileiro: um *framework* metapolítico, ou seja, a compreensão da arena cultural como locus privilegiado de disputa política e a sua hegemonia nela uma condição *ex ante* para a disputa de espaços institucionais; o anti-intelectualismo, compreendido tanto como a rejeição aberta e frontal das instâncias tradicionais de produção, legitimação e reprodução dos regimes de verdade – notadamente, as universidades, centros de pesquisa e escolas –; o antielitismo, politicamente traduzido como a valorização ética, estética e epistemológica do cidadão médio e do senso comum como instrumento de apreensão do real; a instrumentalização do discurso politicamente incorreto como arma de uma retórica antissistema; e a síntese entre liberalismo econômico e conservadorismo moral, aglutinados a partir da elevação da família patriarcal ao posto de categoria ordenadora do mundo social (SILVA, 2021a).

As primeiras décadas do século XXI têm experimentado, em grande parte do mundo, a ascensão política e ideológica de novos grupos abertamente identificados com uma direita reinventada (CARAPANÃ, 2018; PINHEIRO-MACHADO, 2019; ROCHA, 2018), e com forte conexão com um rearranjo profundo decorrente da crise estrutural do capitalismo em sua matriz neoliberal desde 2008. A crise de hegemonia da sociabilidade neoliberal – e, por extensão, das instituições e valores a ela associados – é o pano de fundo para a constituição das novas direitas contemporâneas (FRASER, 2018; PINHEIRO-MACHADO, 2019; SILVA, 2021a).

No caso brasileiro, essas novas direitas – que começaram a se organizar em meados da década de 2000 (ROCHA, 2018) – encontraram na chapa liderada pelo então deputado Jair Bolsonaro, em 2018, o desaguadouro institucional de um longo processo de disputa ideológica

no seio da sociedade civil. Segundo Rocha (2018), esses grupos começam a se organizar politicamente no Brasil durante o auge do lulismo, ainda que tenham se estruturado primeiro como um contra-público, dada a hegemonia existente na esfera pública daquilo que Burity (2018) chama de um modelo de subjetivação nucleado na ideia de tolerância, e com forte apoio no pluralismo liberal (SILVA, 2021a). Como o debate político nacional se estruturava em torno de um governo de centro-esquerda, capitaneado pelo Partido dos Trabalhadores, e de uma oposição hegemônica por uma centro-direita que sequer reconhecia, abertamente, sua vinculação ao campo da direita – a direita envergonhada (POWER, 2000) –, capitaneada pelo Partido da Social-Democracia Brasileira, não havia, então, guarida na esfera pública para a difusão de opiniões mais radicalizadas à direita. O relativo consenso em torno de um léxico mais inclusivo, aliado à aceitação geral da democracia como valor inegociável, converteram-se em componente ideológico estruturante da Nova República no Brasil (SILVA, 2021a).

Em função desse veto ao radicalismo de direita na esfera pública, indivíduos ideologicamente identificados com a extrema-direita encontraram na internet um ambiente para, em primeiro lugar, reconhecer seus “iguais”, e, em seguida, constituírem-se em um grupo mais ou menos coeso, a partir de grupos de discussão, redes sociais e fóruns da internet ancorados em pautas radicalizadas e em uma linguagem debochada (DI CARLO; KAMRADT, 2018; ROCHA, 2018). Ainda que, a partir de então, pudessem reconhecer nos ambientes virtuais a sua condição coletiva – consubstanciada pelo compartilhamento de valores e ideias ultraconservadores (embora difusos) –, faltava a eles um elemento crucial para que pudessem fazer a transição de um “grupo em si” para um “grupo para si”: um instrumental político e ideológico mais organizado. Se o ambiente virtual deu a esses indivíduos a oportunidade de se reconhecerem como grupo com valores compartilhados, o contato com o pensamento do ideólogo Olavo de Carvalho lhes forneceu linguagem política (ROCHA, 2021).

A importância de Carvalho no processo de constituição das novas direitas brasileiras – primeiro enquanto um contra-público, e, depois, como ator político central – se deve, fundamentalmente, a dois fatores: primeiro, porque – ainda que não tenha sido o responsável por organizar politicamente o campo, ele foi capaz de traduzir as angústias de importantes parcelas da população brasileira em um argumento eficaz (com sua verve debochada, irônica e agressiva), dando corpo explicativo ao ressentimento, e, assim, viabilizando o enraizamento de um ideário construído a partir da síntese entre conservadorismo moral e defesa do livre-mercado (ROCHA, 2018; TEITELBAUM, 2020); e, segundo, em função do próprio reconhecimento, por parte de figuras de proa dos campos liberal e conservador no país, de seu papel na

construção de espaços, na esfera pública, mais receptíveis a pautas conservadoras – antes “bloqueadas” pelo imperativo do “politicamente correto” (BERLANZA, 2017). Dada a sua capacidade de conceder aos grupos que compõem as novas direitas brasileiras um grau mínimo de homogeneidade e consciência de sua própria função, Olavo de Carvalho é seu principal intelectual orgânico (SILVA, 2021b).

O núcleo duro da cosmovisão olavista – que estrutura, por extensão, em grande medida, a cosmovisão das novas direitas brasileiras – pode ser resumida nos seguintes argumentos: apoiado na escola tradicionalista (TEITELBAUM, 2020, SILVA, 2021b), Olavo de Carvalho assume uma postura bastante crítica em relação ao conhecimento produzido nas Universidades – tanto de um ponto de vista epistemológico como político. Do ponto de vista epistemológico, porque sustenta que a única maneira de acessar o conhecimento (que é universal e transcendente) é por intermédio de uma reflexão individual e introspectiva, que possui na intermediação mitológica (no caso, do Cristianismo) a ponte inescapável para acessar o *logos* – cujas evidências podem ser apreendidas por meio do senso comum (CARVALHO, 1999). Do ponto de vista político, porque sustenta que – enquanto estratégia derivada da derrota da resistência armada à ditadura militar – as esquerdas brasileiras teriam paulatinamente construído uma firme hegemonia em todas as instâncias produtoras de cultura no país (universidades, centros de pesquisa, imprensa e até mesmo o cinema) (CARVALHO, 1994; 1998; 1999; SILVA, 2021b). Aqui entra um outro componente crucial da retórica olavista: o conspiracionismo. O argumento parte da premissa de que há uma conspiração de grandes proporções em curso, motivo pelo qual a busca do conhecimento só poderia ser efetiva se partilhasse – como no princípio ontológico da revelação – dessa mesma premissa como seu mito fundador: desde a fundação do Partido Comunista do Brasil, em 1922, haveria, no país, uma conspiração ininterrupta que teria como objetivo destruir os pilares da civilização ocidental a partir da destruição do capitalismo (ROCHA, 2021).

A retórica da conspiração, aliás, não é circunstancial em sua obra, mas estrutural: retomando argumentos de Guénon, Lasch e Voegelin (este, em especial), Carvalho identifica uma conspiração de grandes proporções existente ao longo de boa parte da História, cujas origens poderiam ser traçadas ao próprio materialismo clássico de Epicuro:

O conspiracionismo ocupa uma posição privilegiada na obra de Carvalho: toda a marcha da modernidade poderia ser resumida a uma conspiração de elites seculares buscando suplantar a centralidade explicativa e normativa da religião – este é, aliás, o grande tema de seu livro *O Jardim das Aflições*. A civilização ocidental – concebida como herdeira da tradição judaico-cristã e

centrada na família tradicional e no sexo convencional (PINHEIRO-MACHADO, 2019) teria encontrado no Cristianismo a construção simbólica mais elaborada tanto de uma verdade universal transcendente, como da necessária intermediação (*pontifex*) para o acesso a ela na própria figura de Cristo: o logos feito carne – tese emprestada de Voegelin (1992). Todavia, com o advento da modernidade, e, principalmente, após os impulsos de transformação do Renascimento e do Iluminismo, novas elites surgiram com o objetivo declarado de instaurar uma “teologia civil”, materialista, que viesse a suplantar a ontologia cristã e, portanto, estabelecer o primado do relativismo cultural e do historicismo absoluto, corroendo os fundamentos e valores tradicionais da civilização ocidental. Os comunistas seriam, nesse sentido, a ponta de lança contemporânea de um processo que tem suas origens na influência da filosofia materialista de Epicuro – para o marxismo, tal como para o epicurismo, não haveria a possibilidade de uma verdade objetiva, e, portanto, a teoria não serve a não ser para estimular retoricamente a ação prática (SILVA, 2021b, p. 8).

A cosmovisão olavista pode ser sintetizada na seguinte concatenação lógica:

1. A esquerda estaria axiomáticamente equivocada por um duplo motivo: por um lado, porque, ao focar seus esforços de reflexão no devir, ao invés de observar o imperativo da experiência pretérita, perderia capacidade analítica; e, por outro lado, porque ativamente se absteria de explicar o mundo tal como ele se apresenta para – num delírio demiúrgico – moldá-lo segundo suas vontades;
2. A estratégia mobilizada pela esquerda para moldar o mundo segundo suas vontades residiria em destruir todo o patrimônio cultural acumulado pela civilização ocidental e cristalizado no senso comum a partir da sua condição hegemônica no âmbito das instâncias produtoras de cultura (universidades, centros de pesquisa, imprensa, cinema etc.);
3. Nesse processo, seria essencial destruir a Metafísica e a Religião (dado seu apego à concepção de uma “verdade universal”), e estabelecer o materialismo relativista como a nova “teologia civil”;
4. Portanto, se a esquerda domina a produção da cultura nas instâncias tradicionais de produção, reprodução e legitimação dos regimes de verdade, e a utiliza como instrumento de luta política com o objetivo de destruir a civilização ocidental, seria imprescindível às direitas a disputa por novos regimes de verdade produzidos em outros espaços que não as universidades – em especial, as redes sociais.

Se, por um lado, a organização embrionária das novas direitas se deu no ambiente virtual, e enquanto um contra-público, sua ascensão política e eleitoral deve ser compreendida no âmbito de outro processo de ampla magnitude no Brasil: o ocaso da Nova República (SILVA,

2021a). Embora esses grupos tenham aproveitado a janela de oportunidades fornecida pela efervescência social dos massivos protestos de 2013 – de quando datam, por exemplo, a criação do MBL, do Vem Pra Rua, do Revoltados Online e de uma miríade de outros movimentos sociais das novas direitas –, sua ascensão ao centro da disputa política brasileira é um sintoma da crise de hegemonia do pacto social construído no esteio da redemocratização (SILVA, 2021a).

Política externa de Bolsonaro para a América do Sul

O percurso da história da política externa e a diplomacia brasileira consolidou uma tradição e estrutura burocrática governamental reconhecida internacionalmente por sua competência e seu profissionalismo. As diferentes estratégias da política externa nos distintos governos não afetaram estruturalmente o Ministério das Relações Exteriores. Nesse sentido, o governo Bolsonaro representou um abalo no alicerce da inserção internacional do Brasil. Nomear e identificar uma estratégia política coerente no período é um desafio intelectual substantivo diante de movimentos pouco coordenados ou caóticos.

No artigo “Bolsonaro e a reorientação da política exterior brasileira” (2019)⁴, Vidigal aponta que a PEB bolsonarista representou uma abdicação das tradições de autonomia e de desenvolvimento da diplomacia brasileira. De acordo com o autor, entre outros elementos podemos perceber um predomínio da força do liberalismo econômico em uma de suas versões mais rasas e alinhamento sem reciprocidade (com os Estados Unidos) como pontos marcantes da PEB bolsonarista.

A análise de Saraiva e Silva (2019)⁵ buscou compreensão a partir de duas variáveis importantes na política externa: ideologia e pragmatismo. Para as autoras, num olhar temporal apenas do primeiro ano de Bolsonaro,

vimos os diferentes impactos da ideologia e do pragmatismo sobre a política externa do governo Bolsonaro até aqui. Seus defensores podem ser resumidos, no caso dos ideólogos, no grupo chamado «olavista» (influenciado pelo escritor Olavo de Carvalho), cujo principal representante em política externa seria o chanceler Ernesto Araújo, apoiado por Eduardo Bolsonaro. Entre os pragmáticos, os militares e grupos domésticos que sofreriam diretamente com as consequências práticas de ações movidas puramente pela ideologia, como

⁴ Cf. VIDIGAL, C. E. Bolsonaro e a reorientação da política exterior brasileira. *Meridiano 47* (UNB), v. 20, p. 1-16, 2019.

⁵ Cf. SARAIVA, M. G.; SILVA, A. V. C. Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro. *Relações Internacionais* (Lisboa), v. 64, p. 117-137, 2019.

setores da agropecuária. Seu principal representante vem sendo o vice-presidente Hamilton Mourão (p. 130).

Paulo Roberto de Almeida – diplomata, acadêmico e tradicional crítico da diplomacia “lulopetista” – apresenta uma coleção de escritos da PEB bolsonarista e apontando a “demolição” da diplomacia brasileira⁶. Almeida (2022)⁷ destaca que

O programa de governo do candidato Bolsonaro já anunciava, de maneira oficial, em agosto de 2018, que ele faria uma pequena revolução na política externa e na diplomacia, ainda que o seu enunciado fosse o mais esquizofrênico possível. A anunciada ruptura com todos os padrões e diretrizes das políticas externas e das diplomacias anteriores foi tão explícita que suas linhas básicas contidas no documento entregue ao Tribunal Superior Eleitoral (2018, 79) – feitas provavelmente por completos amadores em temas internacionais (p. 53)

Finalmente, destacamos o trabalho de Monica Hirst e Tadeu Morato Macie⁸, “A Política Externa do Brasil nos tempos do governo Bolsonaro” (2022). A pesquisa analisou três pilares na qual se baseou a PEB do Bolsonaro. Quais sejam: núcleo político ideológico, política econômica liberal-conservadora e o complexo de segurança e defesa. Tais pilares conduziram a ação externa do Brasil do ponto de vista regional e internacional.

As autoras destacam que do ponto de vista internacional os pilares da PEB de Bolsonaro podem ser resumidos da seguinte maneira (s/p):

Núcleo político ideológico: Ativismo antiglobalista, alinhamento ao governo Trump e aproximação ao círculo de países com regimes de extrema direita;

Política Econômica liberal-conservadora: Atração de investimentos internacionais, reconfiguração da presença brasileira na economia internacional e preservação dos vínculos econômicos com a China;

Complexo de Segurança e Defesa: Fortalecimento da relação com os EUA (Comando Sul), reconhecimento como aliado extra-OTAN cooperação militar e em segurança com governos afins - como Israel, Emirados Árabes e Índia.

⁶ Cf. ALMEIDA, P. R. Apogeu e demolição da política externa: itinerários da diplomacia brasileira. 1. ed. Curitiba: Appris, 2021. v. 1. 291p.

⁷ Cf. ALMEIDA, P. R. Rupturas e continuidades na política externa brasileira, 1985-2023: vicissitudes da diplomacia no Brasil. CEBRI revista, v. 1, p. 40-55, 2022.

⁸ Texto apresentado no seminário “Gobernanza democrática y regionalismo en América Latina ¿en crisis o recomposición?”, no Colégio de México em fevereiro de 2020. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/download/4771/9230/9673>. Acesso em: mar. 2023.

Para Hirst e Macie (2022):

A articulação entre o negacionismo e o isolacionismo latentes robustece o perfil antiregionalista da política externa de Bolsonaro. A diplomacia brasileira tem produzido uma política de “má-vizinhança”, na qual abre-se mão de variáveis brandas de poder e impõe uma presença dissuasiva que se faz acompanhar por laços econômicos com baixa institucionalização e um diálogo político de monossílabos, sem pretensões de ocupar espaços em instituições multilaterais de nível regional e/ou global. Ao mesmo tempo, ao defender um alinhamento incondicional com as posições internacionais do governo Trump (inclusive se posicionando publicamente em prol da reeleição do candidato republicano nas eleições de 2020), a gestão Bolsonaro instalou a centralidade do vínculo com os Estados Unidos na Política Externa Brasileira (s/p)

A possível lógica ou estratégia bolsonarista na diplomacia se estendeu para a América do Sul. De fato, é possível observar uma atuação intensificada na busca de uma “revolução na política externa e na diplomacia” uma vez que as últimas duas décadas foram de forte atuação regional brasileira dos governos anteriores. Os pilares da PEB de Bolsonaro - analisados por Hirst e Macie e mencionados acima - são evidentes na América do Sul.

O “Núcleo político ideológico” teve seu cerne na relação com a Venezuela. “O Brasil vai virar a Venezuela” foi mote campanha bolsonaristas já no processo eleitoral em 2018. O “meme” buscava engajamento não apenas na referência à situação econômica do país. A “ameaça comunista” era também base fundamental do olhar sobre o país vizinho e, principalmente, sobre o partido dos Trabalhadores⁹.

Desde a ascensão de Hugo Chavez ao poder (1999-2013) a aproximação entre Brasil e Venezuela se intensificou. As parcerias renderam a inclusão da Venezuela no MERCOSUL (2012), a derrota do projeto dos Estados Unidos de se constituir a Área de Livre Comércio das Américas (2005) e um saldo comercial positivo para o Brasil de mais de US\$ 4 bilhões. Ações que podem ser oriundas de aproximação ideológica, mas com forte resultado pragmático.

A queda do preço do barril de petróleo e a consequente decadência econômica da Venezuela se juntou a uma crise política que o sucessor de Chavez, Nicolas Maduro, busca contornar até os dias de hoje. Um processo migratório intenso em direção ao Brasil, mais especificamente para o estado de Roraima, subsidiou os argumentos bolsonaristas para o rompimento das relações do Brasil com o país vizinho durante o governo Bolsonaro.

⁹ Cf. CHAGAS, V.; MODESTO, M.; MAGALHAES, D. O Brasil vai virar Venezuela: medo, memes e enquadramentos emocionais no WhatsApp pró-Bolsonaro. ESFERAS, p. 1, 2019.

Gilberto Maringoni destaca que

Jair Bolsonaro elegeu a Venezuela como país inimigo na América do Sul. Ao longo de seu primeiro ano, buscou isolar e agredir o governo Maduro em fóruns internacionais, aliando-se fielmente ao Departamento de Estado dos EUA. O resultado é a perda de credibilidade regional da diplomacia brasileira (p. 173)¹⁰

Outro movimento de Bolsonaro na desconstrução do legado existe da PEB para o América do Sul foi o movimento de aproximação do Brasil com o Chile, mais precisamente de Bolsonaro com Sebastián Piñera. O Chile foi o primeiro destino de viagem internacional de Bolsonaro na América do Sul justamente pelo alinhamento ideológico entre os presidentes.

Essa aproximação com governantes Sul-americanos conservadores buscou ser fortalecida com a participação do recém-criado Fórum para o Progresso da América do Sul (PROSUL).

Esse Fórum se propôs a renovar e fortalecer o processo de integração das nações da América do Sul. Uma iniciativa do Chile e Colômbia que teve adesão do Brasil, Equador, Argentina, Peru e Paraguai em 2019, período que contou com uma ascensão da direita nos governos desses países. Uma evidente tentativa regional de esvaziar a UNASUL.

Em relação ao “Complexo de Segurança e Defesa” destaca-se três movimentos da PEB bolsonarista: a aproximação militar com os Estados Unidos, a retirada do Brasil da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e a securitização da migração venezuelana para o Brasil.

Esses movimentos são representativos por coadunar e sintetizar a PEB regional. A relação com os EUA é historicamente pendular com a relação regional, ou seja, aproximação com a superpotência em detrimento da relação com o entorno geográfico. O esvaziamento da UNASUL, organização intergovernamental construída a partir de iniciativa brasileira, enfraquece o multilateralismo regional. O acolhimento da migração venezuelana no Brasil ser feito por militares evoca a relação estabelecida com a Venezuela e o que ela representou no governo Bolsonaro.

Hirst e Macie (2022) apontam que:

No âmbito regional, abandonou-se por completo a perspectiva da cooperação sulamericana no campo da defesa, tornando letra morta o envolvimento do Brasil no Conselho de Defesa da UNASUL. Por outro lado, há a tentativa de alinhamento com as perspectivas dos EUA sobre as questões de segurança na

¹⁰ Cf. MARINGONI, G. Venezuela, o novo espantinho. *In*: Gilberto Maringoni; Giorgio Romano Schutte, Tatiana Berringer. (Org.). *As bases da política externa bolsonarista: relações internacionais em um mundo em transformação*. 1ed.Santo André: Editora da Universidade Federal do ABC, 2021, v. 1, p. 173-182.

América Latina, havendo maior grau de permissibilidade à presença de militares norte-americanos na região. A vizinhança norte da América do Sul vem se tornando um espaço para o aprimoramento de uma presença militar dissuasiva, articulada com percepções defensivas frente a governos, organizações e movimentos identificados como ameaças político-ideológicas. Verifica-se a militarização crescente da região amazônica, tanto por conta da crise com a Venezuela e os processos migratórios resultantes, como também em relação ao combate de focos de incêndio na região durante 2019. Essa dinâmica tem gerado um fortalecimento da agenda de fronteiras, associado ao processo de securitização da ajuda humanitária, que já em 2018 conduziu à montagem da Operação Acolhida no estado de Roraima (HIRST; MACIEL, 2019, n.p).

O amálgama liberal-conservador merece atenção especial, sobretudo por representar o núcleo duro do arcabouço ideológico das novas direitas (CHALOUB; PERLATTO, 2015; ROCHA, 2018; SILVA, 2021b). A despeito da aparente contradição existente entre duas tradições do pensamento político ocidental que, de fato, nascem antagônicas, há uma profunda afinidade de sentido entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo (BROWN, 2019; NETTO *et al.*, 2019; SILVA, 2021b), tornada possível a partir de três movimentos: a desconstrução – ao longo dos séculos XIX e XX – de três pilares fundacionais do liberalismo (a República como horizonte normativo da modernidade, o contratualismo e o jusnaturalismo) (SILVA, 2021b); a aceitação, por parte da tradição conservadora, da modernidade econômica (ou seja, a economia de mercado) (BROWN, 2019); e a identificação comum da família patriarcal como categoria ordenadora da reprodução social hodierna (NETTO *et al.*, 2019).

Considerando que o liberalismo, enquanto campo filosófico (e expressão ideológica por excelência da burguesia em sua fase revolucionária), nasce como um contraponto insurgente ao Estado absolutista e ao monopólio oligárquico da propriedade da terra, ancorado no tripé individualismo, jusnaturalismo e contratualismo (BOBBIO, 2017), e organizado a partir de um *ethos* essencialmente igualitário (KERSTENETSKY, 2005; DARDOT; LAVAL, 2016), e, por sua vez, que o conservadorismo nasce como reação direta às revoluções burguesas (cuja principal e mais emblemática expressão foi a Revolução Francesa), sobretudo quanto ao seu substrato igualitário (MIGUEL, 2002), é evidente que qualquer associação entre esses campos só seria possível por uma falsificação ideológica ou por uma aliança tática conjuntural. Contudo, o amálgama liberal-conservador se apresenta como parte fundamental do arcabouço ideológico das novas direitas, de modo geral, e do bolsonarismo, de modo mais específico (NETTO *et al.*, 2019).

Para compreender essa associação estrutural é preciso compreender o profundo processo de reestruturação ontológica pelo qual o liberalismo passou entre os séculos XVIII e XX, a partir do qual as suas expressões hegemônicas se despiram de qualquer viés igualitarista, e, no

limite, também de sua feição jusnaturalista/contratualista (SILVA, 2021b): se a contundente crítica de Schumpeter (tanto ao debate clássico acerca da democracia, como aos seus contemporâneos distributivistas, de Keynes a Hobhouse e Dewey) sacramentou, em grande medida, o abandono da noção de República (em sentido rousseauiano) como o horizonte normativo da modernidade na chave liberal (MIGUEL, 2002), as escolas de Chicago e austríaca foram as principais responsáveis pelo abandono do contratualismo (i.e., da soberania popular como legitimação exclusiva do poder) (SILVA, 2021b).

Do ponto de vista concreto, as agendas liberal e conservadora compuseram o núcleo duro da agenda política do bolsonarismo, inclusive quanto à sua política externa - desde a decisão imperiosa pela tentativa de entrada do Brasil na OCDE até a adesão brasileira ao chamado Consenso de Genebra (assinado em outubro de 2020) - associação de países que, na esteira do avanço das novas direitas no âmbito mundial, endossou a aprovação de um documento que defende um forte retrocesso da agenda dos direitos reprodutivos das mulheres, sustentando a criminalização do aborto em qualquer hipótese.

Considerações Finais

Uma sólida experiência diplomática desde o Barão de Rio Branco conformou a expertise técnico-política do Itamaraty na construção de uma política externa consistente. Diferentes estratégias marcaram a aproximação do Brasil com diferentes polos de poder e distintos interesses em âmbito internacional. A América Latina esteve como região estratégica na PEB de alguns governos. Nas últimas duas décadas América do Sul tornou-se pilar da projeção internacional do Brasil, perpassando diferentes períodos governamentais.

A eleição de Bolsonaro em 2018 e a cosmovisão dos grupos sociais representados pelo bolsonarismo foi um hiato substantivo na relação do Brasil com o resto do mundo e, principalmente, com a América do Sul. A busca de uma revolução na política externa e na diplomacia nos quatro anos do Governo Bolsonaro geraram ruídos com parceiros tradicionais e abandono de uma política regionalista.

A concepção de mundo que sustenta o bolsonarismo, como apontamos, se apoia em um anti-intelectualismo, antielitismo, uma instrumentalização do discurso politicamente incorreto como arma de uma retórica antissistema e a síntese entre liberalismo econômico e conservadorismo moral. Entretanto, um outro elemento que ampara ideologicamente o discurso e a ação política com destaque na esfera internacional é o conspiracionismo.

Como destacamos, o ponto de partida argumentativo bolsonarista parte da premissa de que existe uma conspiração de grande proporção em curso, orquestrada pela esquerda e operacionalizada através do globalismo. Uma estratégia esquerdista mundial capaz de moldar o mundo de forma a destruir o patrimônio cultural da civilização ocidental. Um domínio cultural da esquerda mundial na produção, reprodução e legitimação dos regimes de verdade.

Na direção conspiracionista o combate ao globalismo necessita de novos regimes originados a partir da dissolução do legado da esquerda global. Uma América do Sul, constituída e consolidada em um sistema regional transnacional de governança, oriunda de uma onda progressista no subcontinente representa na cosmovisão conspiracionista bolsonarista uma grande ameaça.

O esvaziamento das instituições regionais como a UNASUL, a dissolução de relações estabelecidas com parceiros tradicionais como a Venezuela e o entusiasmo pelo PROSUL são alguns apontamentos de ações do período Bolsonaro na busca da desconstrução de um legado oriundo do globalismo.

A alternância de poder na América do Sul nos últimos dois anos tem apontado para um novo momento progressista na política doméstica e internacional de alguns países. A centro-esquerda voltou em países como o Brasil, Argentina, Chile e Colômbia. Um cenário a ser ainda estudado no que diz respeito ao processo de regionalização.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. R. **Apogeu e demolição da política externa**: itinerários da diplomacia brasileira. 1. ed. Curitiba: Appris, 2021. v. 1.

ALMEIDA, P. R. Rupturas e continuidades na política externa brasileira, 1985-2023: vicissitudes da diplomacia no Brasil. **CEBRI revista**, [S. l.], v. 1, p. 40-55, 2022.

BERLANZA, L. **Guia Bibliográfico da Nova Direita**: 39 livros para compreender o fenômeno brasileiro. São Luís: Ed. Resistência Cultural, 2017.

BOBBIO, N. **Direita e Esquerda**: razões e significados de uma distinção política. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

BOBBIO, N. **Liberalismo e Democracia**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Edipro, 2017.

BROWN, W. **In the Ruins of Neoliberalism**: the Rise of Antidemocratic Politics in the West. Nova Iorque: Columbia University Press, 2019.

BURGES, S. Bounded by the reality of trade: practical limits to a South American region. **Cambridge Review of International Affairs**, [S. l.], v. 18, n. 3., p. 437-454, out. 2005.

BURITY, J. A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder? *In*: ALMEIDA, R.; TONIOL, R. (org.). **Conservadorismos, Fascismos e Fundamentalismos: Análises conjunturais**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2018.

CARAPANÃ. A nova direita e a normalização do nazismo e do fascismo. *In*: SOLANO, E. (org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

CARVALHO, O. **A Nova Era e a Revolução Cultural: Fritjof Capra & Antonio Gramsci**. Rio de Janeiro: Instituto de Artes Liberais & Stella Caymmi Editora, 1994.

CARVALHO, O. **O Imbecil Coletivo: Atualidades Inculturais Brasileiras**. São Paulo: Faculdade da Cidade Editora, 1999.

CARVALHO, Oe. **O Jardim das Aflições: De Epicuro à Ressureição de César: Ensaio sobre o Materialismo e a Religião Civil**. Rio de Janeiro: Ateliê 19 Editora, 1998.

CERVO, A. L. Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [S. l.], v. 1. n. 45, p. 5-35, 2002.

CERVO, A. L. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.

CERVO, A. L.; LESSA, A. C. O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014). **Revista Brasileira de Política Internacional**, [S. l.], v. 57, p. 133-151, 2014.

CHAGAS, V.; MODESTO, M.; MAGALHAES, D. O Brasil vai virar Venezuela: medo, memes e enquadramentos emocionais no WhatsApp pró-Bolsonaro. **ESFERAS**, [S. l.], p. 1, 2019.

CHALOUB, J.; PERLATTO, F. Intelectuais da "nova direita" brasileira: ideias, retórica e prática política. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 39., 2015, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu, MG: [s. n.], 2015.

COSTA, W. M. O Brasil e a América do Sul: cenários geopolíticos e os desafios da integração. **Confins**, Paris, v. 7, p. 7, 2009.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DI CARLO, J.; KAMRADT, J. Bolsonaro e a Cultura do Politicamente Incorreto na Política Brasileira. **Teoria e Cultura**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 55-72, 2018.

FRASER, N. Do neoliberalismo progressista a Trump – e além. Tradução de Paulo S. C. Neves. **Política e Sociedade**, [S. l.], v. 17, n. 40, p. 43-64, 2018.

KERSTENETSKY, C. L. Progresso e pobreza na Economia Política Clássica. Texto Para Discussão 184. **Economia UFF**, [S. l.], 2005.

MARINGONI, G. Venezuela, o novo espantalho. In: MARINGONI, G.; GIORGIO ROMANO SCHUTTE, G. R.; BERRINGER, T. (org.). **As bases da política externa bolsonarista: relações internacionais em um mundo em transformação** (1ed.). Santo André: Editora da Universidade Federal do ABC, 2021. v. 1, p. 173-182.

MIGUEL, L. F. A democracia domesticada: bases antidemocráticas do pensamento democrático contemporâneo. **Revista Dados**, [S. l.], v. 45, n. 3, p. 483-511, 2002.

NETTO, M. N.; CAVALCANTE, S. M.; CHAGURI, M. M. O homem médio e o conservadorismo liberal no Brasil contemporâneo: o lugar da família. In: Encontro Anual da ANPOCS, 43., 2019, Caxambu. Caxambu, MG: [s. n.], 2019.

PINHEIRO-MACHADO, R. **Amanhã vai ser maior**: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual. São Paulo: Ed. Planeta, 2019.

POWER, T. **The Political Right in Post-Authoritarian Brazil**: Elites, Institutions and Democratization. University Park: Penn State University Press, 2000.

PRECIADO, J. América Latina no sistema-mundo: questionamentos e alianças centro-periferia. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 21, n. 53, p. 253-268. maio/ago. 2008.

ROCHA, C. "**Menos Marx, mais Mises**": uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 2018. 233 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

ROCHA, J. C. C. **Guerra cultural e retórica do ódio**: crônicas de um Brasil pós-político. Goiânia: Editora e Livraria Caminhos, 2021.

SARAIVA, M. G.; SILVA, A. V. C. Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro. **Relações Internacionais**, Lisboa, v. 64, p. 117-137, 2019.

SILVA, I. H. M. Da Nova República à nova direita: o bolsonarismo como sintoma mórbido. **Revista Sociedade e Cultura**, [S. l.], v. 14, p. 1-37, 2021.

SILVA, I. H. M. "Liberal na economia e conservador nos costumes": uma totalidade dialética. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 36, n. 107, p. 1-19, 2021.

TEITELBAUM, B. **War for Eternity**: Inside Bannon's far-right circle of global power brokers. Nova Iorque: Dey Street Brooks, 2020.

VIDIGAL, C. E. Bolsonaro e a reorientação da política exterior brasileira. **Meridiano 47 (UNB)**, [S. l.], v. 20, p. 1-16, 2019.

VIGEVANI, T.; CEPALUNI, G. A política externa de Lula da Silva: A estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, [S. l.], v. 29, n. 2, p. 273-335, 2007.

VIGEVANI, T; OLIVEIRA, M. F. **A política externa brasileira na era FHC: um exercício de autonomia pela integração.** *In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA*, 4., 2004. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: [s. n.], 2004.

CRedit Author Statement

Reconhecimentos: Não se aplica.

Financiamento: Esta pesquisa conta com apoio financeiro do Projeto Pró-Defesa (CAPES).

Conflitos de interesse: Não se aplica.

Aprovação ética: Não se aplica.

Disponibilidade de dados e material: Não se aplica.

Contribuições dos autores: Não se aplica.

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.
Revisão, formatação, normalização e tradução.

